



## **CARTA DE PIRATININGA**

De 14 a 17 de novembro de 2024, reuniram-se mais de 2 mil pessoas em São Paulo, no Parque do Ibirapuera, para participar do 3º Congresso Brasileiro de Trilhas. Governantes, caminhantes, ambientalistas, gestores de unidades de conservação, representantes de povos originários, comunidades tradicionais, assentamentos, empreendedores, ciclistas, remadores, peregrinos, cientistas, profissionais de meio ambiente, turismo, saúde, educação, comunicação e de diversos outros ramos do conhecimento, voluntárias e voluntários que têm generosamente se dedicado ao planejamento, implantação, manejo e sinalização de centenas de trilhas de todas as unidades federativas do país, estiveram juntos ao longo destes 4 dias trocando experiências, aprendizados e lições, sempre com muita motivação e esperança.

A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – formalizada como política pública nacional desde 2018 – está cada vez mais se consolidando como uma das mais poderosas ferramentas de suporte à conservação da biodiversidade do país. Na Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas 2021-2030, esta rede tem demonstrado também sua potência para alavancar os esforços de restauração ecológica, dentro e fora das unidades de conservação, além de fortalecer os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Acreditamos no poder transformador da cooperação eficiente e proativa entre Poder Público, setor privado, sociedade civil organizada, comunidades locais, povos originários, comunidades tradicionais e assentamentos. Reconhecemos e celebramos o trabalho voluntário, valorizamos as parcerias, e entendemos que cada trilha traz em si o saber, a cultura, o pertencimento e o compromisso das pessoas, empresas e instituições que pertencem àquele território. De baixo para cima, de maneira horizontal, respeitosa e colaborativa, vamos tecendo a rede que nos une e nos congrega.

No momento em que o Governo Federal lidera a construção de um plano para transformação ecológica da economia nacional, é imperativo registrar o enorme potencial das atividades de uso público, turístico, esportivo e de recreação em ambientes naturais. As trilhas atuam como um catalisador fundamental desta transformação, todavia precisam ser compreendidas como peça motriz



desta engrenagem. É preciso reconhecer e valorizar a economia verde, incentivando a geração de oportunidades de empreendedorismo, trabalho, renda e inovação no ambiente de interseção entre turismo, esporte, recreação e meio ambiente, entendendo as trilhas como vetores de conservação, qualidade de vida e educação.

Em 2022, no 1º Congresso Brasileiro de Trilhas realizado em Goiânia/GO, foi formalizada a Carta dos Goyazes, onde apresentamos o contexto nacional e internacional das trilhas e assentaram-se as premissas e desafios a partir das quais construímos esse movimento. Em 2023 a Carta da Guanabara, como resultado da Plenária Final do 2º Congresso Brasileiro de Trilhas realizado em Niterói/RJ, ratificou nossos compromissos anseios, propostas e pleitos.

Neste momento, como fruto do trabalho já desenvolvido e das parcerias fortalecidas, cabe inicialmente registrar alguns avanços, dentre os quais destacamos:

- Editais com alocação de recursos financeiros para apoio ao cicloturismo, criação e implementação de trilhas, promovidos pelo MMA e FUNBIO;
- Edital da UNESCO com alocação de recursos financeiros para estruturação da governança nacional da política pública da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade;
- Inclusão da Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso no Conselho Nacional de Turismo;
- Formalização da política estadual de turismo de base comunitária que cria a Rede Amapaense de Trilhas;
- Formalização em Santa Catarina da Portaria em que o IMA – Instituto do Meio Ambiente daquele estado adere à sistemática de sinalização da Rede Brasileira de Trilhas;
- Formalização da política estadual da Rede Capixaba de Trilhas;
- Criação no Rio do Grande do Sul do Programa Estadual de Trilhas;
- Adesão da Trilha Amazônia Atlântica à Rede Brasileira de Trilhas (à Portaria Conjunta nº 500 do MMA, MTur e ICMBio);
- Formalização de diversos Acordos de Cooperação Técnica e Institucional com órgãos e entidades de diferentes estados;



Além disso, fomos agraciados com diversos prêmios que destacam a percepção da relevância das ações da Rede Brasileira de Trilhas, como o Prêmio BRAZTOA de Sustentabilidade, Prêmio Nacional de Turismo e X Prêmio Nacional ABBTUR Mérito & Talento na categoria trilhas.

Mesmo com os avanços mencionados, face às reflexões que permearam este 3º Congresso Brasileiro de Trilhas, entendemos ser importante reforçar nossos compromissos, propostas e pleitos, e neste contexto submetemos a presente Carta a esta plenária:

- Desejamos que os Estados e Municípios venham a aderir à política pública da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade, integrando-se às suas diretrizes, entendendo seus papéis institucionais, promovendo investimentos e participando das suas instâncias de governança.
- Reconhecemos a necessidade de maior capacitação para que possamos atender todos os portadores de necessidades especiais na implementação e operação das trilhas.
- Continuamos ansiando pela implementação de uma estratégia nacional de Educação Ambiental com foco na conduta consciente durante a visitação de áreas naturais e prática de atividades esportivas e de aventura.
- Continuamos demandando incentivo e investimentos em programas para implementação, manejo, sinalização, infraestrutura das trilhas, bem como qualificação profissional para os serviços e empreendimentos de apoio e suporte às mesmas.
- Continuamos entendendo ser importantíssimo avançar na direção de que os órgãos governamentais responsáveis pela gestão das políticas, sistemas e unidades de conservação, designem equipes específicas e dedicadas ao desenvolvimento, coordenação e monitoramento da implementação, manejo e operação das trilhas nos territórios sob sua jurisdição.
- Continuamos ansiando por programas e iniciativas de monitoramento continuado dos impactos positivos e negativos associados à implementação e uso das trilhas,



incluindo aqueles relacionados à geodiversidade, biodiversidade, cultura, patrimônio histórico, renda e demais aspectos sociais, ambientais e econômicos.

- Apesar dos avanços obtidos, entendemos que persiste a necessidade da criação de mecanismos de financiamento, fomento, alocação de recursos orçamentários, a captação de doações, investimentos não-reembolsáveis e fundos de cooperação, que possam viabilizar ações efetivas de implementação e estabelecimento da governança das trilhas integradas à Rede Nacional.
- Convocamos os agentes do setor financeiro, agentes de investimento e fomento para que estruturam linhas de financiamento que atendam às demandas dos diversos setores produtivos relacionados com a operação de trilhas e atividades de turismo, turismo de base comunitária, esporte e recreação em ambientes naturais, contemplando pequenos e médios agricultores, proprietários de terras, micro, pequenos e médios empresários, associações, organizações não governamentais e consórcios intermunicipais envolvidos nas mais diversas atividades e serviços relacionados à operação e uso público das trilhas.
- Continuamos evocando a todos os agentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente para que incorporem as trilhas e o uso público das unidades de conservação, mosaicos, corredores ecológicos e reservas da biosfera em seu planejamento estratégico, em suas políticas governamentais e setoriais e planos de manejo, compreendendo a relevância destes como ferramentas para a conservação da biodiversidade, proteção das águas, proteção do patrimônio natural, manutenção dos serviços ecossistêmicos, respeito aos modos de vida tradicionais, promoção do bem-estar e restauração da conectividade das paisagens naturais.
- Continuamos realçando a importância da criação de mecanismos financeiros para RPPN's abrangidas pelo sistema de trilhas.
- Atentamos para a necessidade de conciliação entre as concessões de serviços e atividades de uso público nas unidades de conservação e as ações voluntárias



mobilizadoras, que materializam o engajamento da sociedade na implementação, manejo, sinalização e operação das trilhas.

- Destacamos a importância dos aspectos multimodais das trilhas, rotas e caminhos em estradas vicinais, priorizando a proteção das múltiplas possibilidades de utilização dessas vias.
- Ansiamos para que avance e se concretize o processo interinstitucional de transformação dos milhares de quilômetros de trilhos ferroviários desativados - que não podem mais ser utilizados para este fim – para que sejam transformados em trilhas multimodais e corredores ecológicos.
- Ressaltamos a importância do papel direcionador e de fomento do poder público local, como prefeituras, consórcios, assim como associações e outras organizações do terceiro setor na instauração e na composição da governança das trilhas, rotas e caminhos, engajando representantes dos setores ambiental, social e do turismo.
- Continuamos a conclamar os operadores do setor de viagens e turismo para trabalharem no desenvolvimento das trilhas brasileiras.
- Continuamos a ressaltar a importância da promoção das trilhas, rotas e caminhos na política pública de turismo considerando as suas diversas ferramentas de incentivo e desenvolvimento, mobilizando recursos para atendimento, qualificação e estruturação de pequenos negócios que atendam a esse segmento de mercado.
- Novamente realçamos a importância de engajamento e comprometimento do Sistema “S” para a viabilização de ferramentas, projetos, programas de qualificação e investimentos nas trilhas e seus entornos.
- Desejamos promover e desenvolver iniciativas de ciência cidadã em trilhas, que integram atividades científicas e educativas, desenvolvendo modelos de turismo que respeite e valorize a sociobiodiversidade, ao mesmo tempo que gere benefícios socioeconômicos para as comunidades locais.



Todavia, em meio aos avanços e boas novas que nos encantam e nos impulsionam em direção ao futuro, ainda somos confrontados com questões que ameaçam as nossas Unidades de Conservação e os valores pelos quais lutamos e empenhamos nosso trabalho. Neste contexto, lamentavelmente, mesmo em meio a “década da restauração” da ONU, fomos surpreendidos recentemente com a notícia de que o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro parque nacional do Brasil, criado em 1937 e que preserva amostras importantíssimas de um hotspot mundial: a Mata Atlântica, um dos biomas mais diversificados e ameaçados do planeta. Sua rica biodiversidade resulta do gradiente altitudinal e das variações climáticas, abrigando espécies endêmicas que enfrentam ameaças devido à fragmentação e perda de seu habitat. Neste contexto, considerando a importância da integridade do PNI como unidade de conservação de proteção integral e a seriedade e abrangência dos detalhados estudos que resultaram na sua ampliação para os atuais 33 mil hectares por meio do Decreto nº 87.586/1982, mostra-se absurda a proposta que tramita por meio do Projeto de Lei (PL) nº 2995/2024 da Câmara dos Deputados em Brasília, no sentido de reduzir em 979 hectares a área do parque. A redução da área do parque comprometeria a integridade de ecossistemas essenciais, tornando as espécies mais vulneráveis à extinção. Além disso, a diminuição da área protegida fatalmente aumentará a pressão de atividades humanas, como desmatamento e uso descontrolado do território, exacerbando a fragmentação do habitat e ameaçando os recursos naturais da região. Com isso, REPUDIAMOS a proposta contida no PL 295/2024.

Os signatários da Carta de São Paulo afirmam seu compromisso inequívoco no incentivo da consolidação da REDE NACIONAL DE TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE, como ferramenta de conservação, aparelho de recreação, lazer e saúde para todas as pessoas e como um importante instrumento de geração de emprego e renda para as comunidades por onde a trilha passa. Que a REDE seja inspiradora como sinônimo de união, apoio mútuo e conectividade, que pertença a todos e que seja motivo de orgulho para o Brasil.

SÃO PAULO, 16 DE NOVEMBRO DE 2024.